

ESTUDOS CRÍTICOS

TERAPIA OCUPACIONAL: REFLEXÕES SOBRE A HERANÇA POSITIVISTA*

Elisabete M. Marchesini de PÁDUA

Instituto de Filosofia – PUCCAMP

“É preciso evitar a ilusão de que deixando-se de lado as crises pessoais e encontrando-se uma estrutura teórica única para a Terapia Ocupacional seja possível sair-se da crise. A ilusão de que basta aparar as arestas (caminhando ao consenso), e tudo se resolve”.

Berenice Rosa Francisco

Agradecendo ao convite para participar desta mesa, quero deixar claro que a minha presença aqui é mais uma questão ao nível afetivo, pelos fortes vínculos que nos unem, a autora e eu, do que uma questão de competência para tratar dos temas relativos à Terapia Ocupacional.

No entanto, atrevo-me a alguns comentários por acreditar, como a autora, que a concepção de que existe ou pode existir uma classificação das disciplinas ao estilo comteano, com divisões rígidas em “classes” que se excluem pela sua própria natureza, deve ser superada se quisermos chegar a uma prática pedagógica ou terapêutica centrada no homem.

Gostaria de levantar alguns pontos para reflexão em torno do que eu chamaria de “herança positivista” que, às vezes até independentemente de nossa vontade ou mesmo de nossa consciência, permeia nossas ações.

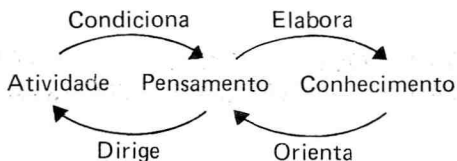
Primeira, algumas observações a respeito da teoria do conhecimento e do método e, a seguir, de que maneira estes pressupostos interferem na prática da Terapia Ocupacional.

1 – Atividade, Pensamento e Conhecimento

Entendemos a atividade como sendo a base material sobre a qual se constrói e elabora o conhecimento. É no pensar, enraizado na

(*) Apresentado no painel de lançamento do livro **Terapia Ocupacional**, Berenice Rosa FRANCISCO, Ed. Papirus, 1988 (em 16-09-88, na PUCCAMP).

atividade do homem concreto, como conhecedor e agente ao mesmo tempo, que podemos entender o processo do conhecimento, que poderíamos esquematizar como:



Este processo tem um caráter permanente, e deve ser entendido em sua totalidade, já que o conteúdo social do conhecimento envolve o indivíduo no conjunto social e tem ainda o caráter acumulativo e progressivo; e só pode ser entendido em seu conjunto, porque destacada vida e atividade humanas em que se elabora, o conhecimento não tem mais sentido, do mesmo modo que a atividade separada do conhecimento e do pensamento do homem que a dirige, deixa de ser humana¹. Portanto, a natureza do conhecimento é ao mesmo tempo processual e relacional.

Ora, o reducionismo positivista tem uma visão “parcelada” do processo, que leva cada fase a ser considerada como entidade autônoma, independente, como se atividade, pensamento e conhecimento guardassem entre si uma autonomia e não fizessem parte de um mesmo processo.

O conhecimento vai se constituindo no curso de todas as atividades de todos os indivíduos, que constituem uma coletividade em intracomunicação e as experiências particulares e específicas verificadas no curso destas atividades; é em função do **conjunto** de tais experiências que se formam os “conceitos” que temos sobre os vários aspectos da realidade, que por sua vez se formam também como um conjunto, um todo interligado, desde sua origem.

É através da linguagem, pensada, falada, escrita, discursiva, gráfica, mímica, etc., que podemos exprimir os conceitos, e num sentido mais amplo, tem-se a linguagem como expressão do conhecimento em geral. Na expressão verbal os conceitos aparecem destacados uns dos outros, como se estivessem justapostos entre si e acrescentados uns aos outros.

Na esfera do conhecimento científico, a conceituação é apreendida através da linguagem que caracteriza cada área do saber. Pois bem, a herança positivista faz chegar até nós todo um sistema conceitual desarticulado: começa-se pela necessidade de **definir** conceitos, como se eles pudessem estar separados, para em seguida combiná-los de maneiras diferentes, de forma artificial, construída **a posteriori**, que não tem nada a ver com a natureza do conhecimento.

Daí a preocupação com os procedimentos formais para se “descobrir” **o que os fatos querem dizer**, visto que conceitos e teorias

derivam imediata e diretamente dos fatos, aspectos tão caros à ciência experimental e aos empiristas, que se ocupam de “catalogar”, “classificar”, “etiquetar” o real, como se o universo se constituísse de “coisas” independentes, atomizadas, que podem ser “listadas e memorizadas”.

É desta forma que a atividade é separada do processo, a fim de que seja **objeto** do conhecimento e enquanto tal possa ser **definida**, na maioria das vezes como exercício, produção, e mais raramente como expressão, criação, como a professora aborda na 2ª parte do livro.

É enquanto “objeto” no processo do conhecimento que a atividade é classificada como estruturada, desestruturada, atividade que permite satisfação, atividade que permite criação livre ou criação dirigida, e outras.

Parece-nos que em si, a atividade, destacada como um dos elementos do processo, não permite nada; quem vai permitir que aconteça este ou aquele “tipo” de atividade é o terapeuta, que no próprio processo passa a ser “o que pensa”, “o que conhece”. A atividade, enquanto recurso terapêutico, passa a ser “propriedade” do terapeuta, que decide a partir de um “modelo ideal”, se permite ou não permite ao paciente “desempenhar” esta ou aquela atividade, segundo o seu (do terapeuta) aparato conceitual.

Atividade e paciente ficam “do outro lado da linha”, inclusive com o argumento científico “irrefutável” da garantia de “objetividade”, “neutralidade” do terapeuta; outro aspecto que nos chama a atenção, é que a partir de um roteiro de trabalho que envolve diagnóstico médico, entrevista preliminar, avaliação, etc., é a partir da coleta dos dados que **são do interesse do terapeuta**, que se delimitam e permitem as atividades a serem realizadas pelo paciente.

Os pressupostos positivistas aqui estão claros. O sentido do “prevenir para controlar” de Comte permeia todo o processo: controle do paciente, controle da atividade, controle dos resultados; se não tivermos **resultados**, a prática terapêutica “está perdida”; se o paciente não **desempenha** seu papel e **produz** algo, o próprio trabalho do terapeuta está ameaçado.

Neste contexto, é inimaginável que o paciente não desempenhe uma atividade, das que foram previamente selecionadas, e que não se tenha um produto/resultado desta atividade; na maioria das vezes, isto foge à expectativa do terapeuta e ameaça o seu **lugar** dentro da hierarquia, isto é, subverte a **ordem**, interrompe o **processo** da terapia, invalida prognósticos.

O não desempenho adequado do paciente em relação às atividades programadas, invalidando prognósticos, ameaça a própria **eficácia** da terapia, uma vez que a quantificação prevista não acontece, e o terapeuta pode ser “classificado” como incompetente. Isso o terapeuta não vai permitir, a atividade **deve** ser desempenhada a qualquer custo, porque toda a

trajetória, do diagnóstico à seleção das atividades, por ser elaborada dentro dos padrões científicos, é absolutamente “correta” do ponto de vista da prática terapêutica: o sujeito que vai desempenhar a atividade é que deve se adequar à teoria, para que todo o processo esteja dentro da normalidade, devidamente “normatizado”, “rotinizado”, harmônico, “tudo dentro dos conformes”, como se diz.

Ao desvelar estes entendimentos da Terapia Ocupacional e discutir os pressupostos positivistas que estão presentes nas práticas terapêuticas, a autora resgata uma questão de método de fundamental importância para que se repense a prática profissional sob a ótica da lógica dialética, colocando a relação atividade-pensamento-conhecimento, como ponto de partida para uma análise desta prática na perspectiva do materialismo dialético.

Na concepção dialética fica claro que a realidade que tem um significado para nós, não pode depender totalmente da consciência, já que as “traduções” mentais que fazemos dela são “traduções” subjetivas, que se realizam a partir dos dados naturais que impressionam nossos sentidos. Isto quer dizer também que a teoria do conhecimento, superando a idéia de conhecimento — compartimentalizado propõe a idéia de conhecimento — processo, permanente, enraizado nas condições concretas de sua elaboração, isto é, dentro do contexto sócio-cultural, a partir das relações, do conjunto, da unidade de onde decorrem tais relações, tentando estabelecer uma visão global da realidade, a partir do conceito central que é o conceito de práxis³.

A práxis não é uma determinação exterior do homem, ela se objetiva na atividade, e será por meio da ação, do trabalho, que se devolverá ao homem sua liberdade, sua “humanidade”.

O positivismo, ao colocar o conhecimento como algo acabado, inverte a ordem real do processo do conhecimento, retira do homem a capacidade de “construir” progressivamente o conhecimento pela atividade, além de sugerir uma completa divisão entre corpo/alma, pensamento/objeto, teoria/prática, trabalho intelectual/trabalho físico.

Por ser a-histórico e não levar em conta um processo de elaboração do conhecimento, não há como explicar as esferas objetivas e subjetivas do conhecimento, senão recorrendo a explicações que estão alheias à atividade humana: no decorrer da história da filosofia temos como exemplo a “providência divina” de Descartes, a “harmonia pré-estabelecida” de Leibnism as “categorias” de Kant, ou ainda à explicação de que o conhecimento é uma “inspiração divina” que se realizaria pela vontade de Deus, pela revelação.

Enfim, os homens estão num mundo dado, “histórico/determinado”, mas esta relação não é mecânica, porque tão logo se acham na situação, a transformam pela atividade; atividade esta que tem um caráter

eminentemente social, e como tal se insere também na esfera da transformação individual e coletiva.

2. Uma questão de identidade teórica

Finalizando, uma reflexão a respeito da identidade teórica dos marxistas. Coisa mais penosa que esta identidade não existe.

Primeiro, pela própria teoria, mais intuitiva do que lida, muito mais complexa do que normalmente se supõe que, ao se firmar também como prática política, traz em si a mudança social. Como esta mudança historicamente tem assumido características ora democráticas, ora totalitárias, não tanto pela teoria, mas pelas interpretações, leituras, adaptações da teoria, assumir esta identidade é se tornar vulnerável a uma série de restrições, acadêmicas e pessoais; e de um plano teórico aparentemente unificado, passar a uma prática que separa grupos e profissionais, classificando-os nas diversas tendências e interpretações, da teoria marxista: classificações que muitas vezes nem conhecem, ou se conhecem não levam em conta, a formação dos núcleos teóricos do próprio Marx que nos permitem compreender as reformulações e mesmo as rupturas sucessivas de seu pensamento. E nos permitem também entender a lógica dialética como um processo, a se refazer continuamente.

Quando a autora diz na introdução ao texto “assumiremos a concepção materialista da história” para analisar as questões que nos propomos discutir, ela está ao mesmo tempo, dialeticamente, afirmando seu método de análise e se expondo, portanto se tornando vulnerável, justamente para que o embate teórico possa trazer a superação, que encaminhe uma nova prática terapêutica; que deve ser um constante re-pensar. Este movimento do re-pensar não revela insegurança, mas coragem para enfrentar as dificuldades teórico-práticas da superação.

Ao terminar de ler o texto, uma frase do sociólogo peruano Mariategui me veio à mente: “Muitos projetos de livros ocupam minha vigília. Mas sei, antecipadamente, que apenas realizarei aquelas que me forem ordenados por um imperioso mandato vital. Meu pensamento e minha vida constituem uma coisa só, um processo único. E se existir algum mérito que eu espero e reclamo que me reconheçam é o do — segundo Nietzsche — injetar todo o meu sangue nas idéias”³

Parece-nos que é isso que a autora fez ao escrever este livro. o.

E mais, que ela está a olhar para todos nós, perguntando:

Afinal, o que é que vocês estão esperando para injetar sangue nas idéias?

Muito obrigado.

NOTAS

- (1) Caio PRADO Jr., **Dialética do Conhecimento**, p. 53.
- (2) Cf. Henri Lefebvre "Lógica Formal, lógica dialética", cap. II.
- (3) José Carlos Mariátegui, **Sete Ensaio de interpretação da realidade peruana**, p. 21.